



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 5943690-74.2025.8.09.0160

COMARCA: NOVO GAMA

6ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVANTE: _____

AGRAVADA: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE LTDA.

RELATORA: VIVIANE SILVA DE MORAES AZEVEDO – Juíza Respondente

Agravo de instrumento.
Cumprimento de sentença.
Decisão que reduziu
astreintes vencidas.
Impossibilidade. Tema
706 / STJ – EAREs p
1.766.665/RS. Recurso
conhecido e provido – Art.
932, V, b, Código de
Processo Civil. Decisão
reformada.



DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de *agravo de instrumento* interposto por _____ contra decisão proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Novo Gama, nos autos do cumprimento de sentença nº 5617659-61.2023.8.09.0160 promovido contra FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

A pretensão originária, em fase de cumprimento de sentença, visa o efetivo restabelecimento da conta pessoal da exequente na plataforma *Instagram* (@_____), além do recebimento dos valores devidos a título de astreintes por descumprimento de ordens judiciais reiteradas. A decisão agravada (mov. 144), reconhecendo o descumprimento reiterado das ordens judiciais por 614 (seiscentos e quatorze) dias, reduziu, contudo, a multa diária de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), anteriormente fixada no evento 95, para um limite de 30 (trinta) dias-multa, totalizando o montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Fundamentou, o juízo de origem, a minoração na necessidade de evitar o enriquecimento ilícito da parte autora e na ausência de limitação temporal na decisão que fixara a penalidade, considerando o novo valor razoável e proporcional para punir a inércia injustificada da executada.

Inconformada, a agravante alega a ilegalidade da redução retroativa da multa coercitiva, uma vez que o descumprimento já estaria consolidado, gerando direito adquirido ao recebimento do valor integral. Aduz que a decisão agravada, ao limitar a multa a 30 (trinta) dias, ignorou o período real de descumprimento de 199 (cento e noventa e nove) dias referente à última ordem judicial, violando a segurança jurídica e a eficácia da coerção processual. Argumenta que a postura do juízo, por já ter reduzido a multa em ocasião anterior (mov. 86), incentiva a conduta recalcitrante da parte agravada. Invoca jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, incluindo o Tema 706, a qual veda a revisão retroativa de astreintes já vencidas. Pede, liminarmente, a atribuição de efeito suspensivo ao recurso e, no mérito, a reforma da decisão



para reconhecer a exigibilidade integral da multa de R\$ 298.500,00 (duzentos e noventa e oito mil e quinhentos reais).

Recurso sob o pálio da gratuidade de justiça.

À mov. 05, decisão preliminar de concessão ao pedido de atribuição de efeitos suspensivos à decisão agravada.

Audiência de mediação realizada em sede do CEJUSC em Segundo Grau (mov. 25), a qual restou frustrada por falta de acordo.

Devidamente intimado, o agravado apresentou contrarrazões na mov. 26, arguindo, em preliminar, a preclusão *pro judicato*, ao fundamento de que a agravante busca, em verdade, a reforma da decisão do evento nº 86, contra a qual não se insurgiu à época. No mérito, defende a ausência de sua intimação pessoal para cumprimento da obrigação, nos termos da Súmula 410 do STJ, o que afastaria a exigibilidade da multa. Sustenta, ainda, a ausência de redução, mas sim majoração da multa, e a necessidade de adequação do valor para evitar o enriquecimento sem causa da agravante, pugnando pela manutenção da decisão e pelo desprovimento do recurso.

É o relatório. **Decido.**

1. A preliminar de preclusão *pro judicato* arguida pelo agravado não merece prosperar. A parte recorrente se insurge contra a decisão proferida no evento nº 144 dos autos originários, que tratou especificamente da limitação da multa fixada na decisão do evento nº 95. Trata-se, portanto, de ato judicial distinto daquele proferido no evento nº 86, o qual cuidou de período de



descumprimento anterior. O interesse recursal nasce com a prolação da decisão que causa gravame à parte, sendo irrelevante que a matéria de fundo (astreintes) tenha sido tratada em momentos processuais distintos. Rejeito, pois, a preliminar.

No mais, autorizada pelo artigo 932, V, Código de Processo Civil, conheço do recurso instrumental (fulcrada no parágrafo único do art. 1.015, do CPC) e passo a decidir monocraticamente.

2. A questão central a ser dirimida consiste em verificar a legalidade da decisão que, em fase de cumprimento de sentença, reduziu retroativamente o valor consolidado de multa cominatória (astreintes) por descumprimento de obrigação de fazer.

Tenho que a pretensão da agravante merece acolhimento.

As astreintes, previstas no art. 537 do Código de Processo Civil, constituem um meio de coerção indireta para compelir o devedor ao cumprimento de uma obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa. Sua finalidade não é indenizatória, mas sim garantir a efetividade da tutela jurisdicional, desestimulando a inércia da parte em cumprir a determinação judicial.

O § 1º do referido artigo dispõe que *o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva*. A controvérsia reside, justamente, na extensão temporal dessa faculdade revisional.



O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o dispositivo legal, consolidou o entendimento, sob o rito dos recursos repetitivos (**Tema 706 – REsp 1.333.988/SP**), de que a decisão que comina astreintes não faz coisa julgada material, podendo ser revista. Contudo, em julgados posteriores que aprofundaram e refinaram essa tese, a Corte Cidadã pacificou a orientação de que tal revisão somente pode operar efeitos pro futuro, ou seja, sobre a multa vincenda, sendo vedada a alteração retroativa de valores já consolidados pelo descumprimento pretérito.

Nesse sentido, a Corte Especial do STJ, no julgamento do **EAREsp 1.766.665/RS**, firmou a seguinte tese: *A multa pelo descumprimento de decisão judicial não pode ensejar o enriquecimento sem causa da parte a quem favorece, como no caso, devendo ser reduzida a patamares razoáveis. (...) A modificação do valor ou da periodicidade da multa vincenda ou sua exclusão, pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, somente produz efeitos 'pro futuro', não podendo retroagir para atingir situações pretéritas, sob pena de vulnerar a coisa julgada e o instituto da preclusão. Eis a ementa daquele julgado:*

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MULTA PÉRIÓDICA (ASTREINTES). VALOR ACUMULADO DA MULTA VENCIDA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REGRA ESPECÍFICA NO CPC/2015. DESESTÍMULO À RECALCITRÂNCIA. REDUÇÕES SUCESSIVAS. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO PRO JUDICATO CONSUMATIVA. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sedimentou-se, sob a égide do CPC/1973, no sentido da possibilidade de revisão do valor acumulado da multa periódica a qualquer tempo. No entanto, segundo o art. 537, § 1º, do CPC/2015, a modificação somente é possível em relação à 'multa vincenda'. 2. A alteração legislativa tem a finalidade de combater a recalcitrância do devedor, a quem compete, se for o caso, demonstrar a ocorrência de justa causa para o descumprimento da obrigação. 3. No caso concreto, ademais, ocorreu preclusão pro judicato consumativa, pois o montante alcançado com a incidência da multa já havia sido reduzido por meio de decisão transitada em julgado. 4. Embargos de divergência conhecidos e não providos.



(STJ, EAREsp n. 1.766.665/RS, relator Ministro Francisco Falcão, relator para acórdão Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Corte Especial, julgado em 3/4/2024, DJe de 6/6/2024.)

A ratio decidendi por trás deste *case* é clara: permitir a redução retroativa da multa já consolidada esvaziaria por completo seu caráter coercitivo. A parte devedora, ciente da possibilidade de uma futura “anistia judicial”, sentir-se-ia incentivada a descumprir a ordem, apostando em uma posterior modulação da penalidade. Tal postura atenta contra a efetividade do processo (art. 4º do CPC), a segurança jurídica (art. 5º, XXXVI, da CF) e a confiança legítima da parte credora na autoridade das decisões judiciais.

Na ocasião desse julgado, o voto condutor do acórdão, prolatado pelo Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, em defesa da interpretação de que a alteração das astreintes somente pode ter efeitos prospectivos, expôs que *só tem direito à redução da multa aquele que abandona a recalcitrância. Trata-se de espécie de sanção premial, consequência jurídica positiva para estimular o comportamento indicado pela norma legal, independentemente de sua natureza.*

Para arrematar, a Ministra Nancy Andrighi, em consonância com o voto divergente vencedor do acórdão, consignou que *a mudança sem uma circunstância superveniente que a justifique não deve ser admitida*, sob pena de premiar reiteradamente a recalcitrância do devedor inadimplente, bem como de esvaziar a finalidade do instituto da multa diária.

No caso dos autos, a decisão do evento nº 95 fixou, de forma clara, multa diária de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) em caso de novo descumprimento. A própria decisão agravada e as manifestações da parte agravada confirmam que a obrigação somente foi cumprida 199 (cento e noventa e nove) dias depois. Nesse ínterim, a sanção pecuniária incidiu diariamente, consolidando-se no patrimônio jurídico da agravante.



A decisão recorrida, ao limitar a cobrança a apenas 30 (trinta) dias-multa, promoveu uma reescrita retroativa dos fatos processuais, o que se mostra inadmissível e em flagrante dissonância com a jurisprudência qualificada proveniente da Corte Cidadã.

O argumento do agravado de que a manutenção do valor integral configuraria enriquecimento sem causa não se sustenta, pois, conforme demonstrado, o próprio Superior Tribunal de Justiça, ao assentar a tese sobre a irretroatividade da revisão, já ponderou os princípios em colisão e fez prevalecer a necessidade de garantir a força coercitiva da medida e a segurança jurídica. O valor elevado da multa não decorre de um capricho do credor, mas da prolongada e injustificada resistência do devedor em cumprir uma ordem judicial.

Ademais, este Sodalício Goiano, em situações análogas, numa delas envolvendo a mesma empresa agravada, já se posicionou no sentido da impossibilidade de revisão retroativa da multa consolidada, em perfeita sintonia com a orientação dos Tribunais Superiores:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ASTREINTES. MULTA DIÁRIA. REVISÃO. MULTA VINCENDA. RECURSO PROVIDO. I. CASO EM EXAME1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão proferida em cumprimento de sentença. A decisão agravada, ao acolher parcialmente embargos de declaração, estabeleceu nova multa diária de R\$ 1.000,00, limitada a R\$ 200.000,00, para compelir o executado a cumprir integralmente obrigação de fazer. A agravante busca a reforma para que a multa acumulada de R\$ 200.000,00, já consolidada pelo descumprimento, seja imediatamente executada. (...) III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O art. 537, § 1º, do CPC, expressamente limita a modificação judicial do valor ou da periodicidade



da multa à parcela vincenda. A norma exclui, por interpretação gramatical e teleológica, a alteração retroativa de multas vencidas. 4. A manutenção das astreintes já incididas é corolário da segurança jurídica, da confiança legítima da parte vencedora e da efetividade da tutela jurisdicional. A alteração legislativa busca combater a recalcitrância do devedor. 5. O Superior Tribunal de Justiça, sob a égide do CPC, sedimentou o entendimento de que a modificação das astreintes somente é possível em relação à multa vincenda, superando a jurisprudência anterior que permitia a revisão a qualquer tempo. 6. A multa de R\$ 200.000,00, estabelecida anteriormente e acumulada pelo descumprimento da ordem judicial por mais de 900 dias, teve sua exigibilidade consolidada. É equivocada a decisão que ignorou tal período e condicionou a aplicação da multa a nova intimação. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. O recurso é conhecido e provido. Tese de julgamento: "1. Conforme o art. 537, § 1º, do CPC, a modificação judicial do valor ou da periodicidade da multa periódica (astreintes) está restrita à multa vincenda, vedada a alteração retroativa das multas já vencidas. 2. A manutenção das astreintes vencidas é fundamental para a segurança jurídica, a confiança legítima da parte e a efetividade da tutela jurisdicional, desestimulando a recalcitrância do devedor. 3. Multas cominatórias acumuladas pelo descumprimento de ordem judicial, cujo prazo de incidência já se esgotou, integram o patrimônio do exequente, não podendo ser objeto de revisão para redução ou redefinição retroativa pelo juízo." (...)

(TJGO, Agravo de Instrumento nº 5752236-41.2025.8.09.0051, Rel. Des. ALGOMIRO CARVALHO NETO, 5ª Câmara Cível, julgado em 12/11/2025)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. FALTA DE DIALETICIDADE RECURSAL NÃO VERIFICADA. ARGUMENTAÇÃO NÃO SUBMETIDA AO JUÍZO S I N G U L A R . I N Ó V A Ç Ã O R E C U R S A L CARACTERIZADA. NULIDADE DA EXECUÇÃO.



MATÉRIA PRECLUSA. REVISÃO DE MULTA COMINATÓRIA. POSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO APENAS DE MULTA VINCENDA. ART. 537, § 1º, DO CPC/2015. DECISÃO COMINATÓRIA DE ASTREINTES. SUJEIÇÃO À PRECLUSÃO CONSUMATIVA. INTELIGÊNCIA DA TESE FIXADA NO RESP N. 1.333.988/SP (TEMA 706). SUPERAÇÃO DE PRECEDENTE PELO STJ. EARESP N. 1.766.665/RS. DECISÃO RECORRIDA MANTIDA INALTERADA. 1. Não há que se falar em ausência de dialeticidade recursal quando se verifica simetria entre o decidido e o alegado no recurso, que contempla impugnação específica, pertinente e atual dos fundamentos da decisão agravada. 2. A profundidade do efeito devolutivo do agravo de instrumento permite que o juízo ad quem conheça apenas das questões previamente suscitadas no processo, sendo vedada a apreciação de matéria não arguida oportunamente perante o magistrado de primeiro grau, à exceção das questões de ordem pública. 3. O valor acumulado da multa cominatória passa a integrar o patrimônio do exequente como crédito de valor, perdendo a natureza de matéria de ordem pública, ex vi do art. 537, § 2º, do CPC. Precedentes do STJ. 4. Nos termos do art. 507 do CPC, é vedado às partes discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão consumativa, que alcança inclusive as questões de ordem pública. Precedentes do STJ. 5. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sedimentou-se, sob a égide do CPC/1973, no sentido da possibilidade de revisão do valor acumulado da multa periódica a qualquer tempo. No entanto, segundo o art. 537, § 1º, do CPC/2015, a modificação somente é possível em relação à 'multa vincenda' (EAREsp n. 1.766.665/RS, relator Ministro Francisco Falcão, relator para acórdão Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Corte Especial, julgado em 3/4/2024, DJe de 6/6/2024). 6. A decisão cominatória de astreintes não se submete à preclusão temporal, mas sim à preclusão consumativa. Inteligência da tese fixada no REsp n. 1.333.988/SP (Tema 706). Precedente do STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJGO, AI nº 5515338-32.2023.8.09.0132, Rel. Des. EDUARDO ABDON MOURA, 3ª Câmara Cível, julgado em 28/06/2024)



Desse modo, a reforma da decisão agravada é medida que se impõe, a fim de restabelecer a autoridade da ordem judicial e alinhar o provimento jurisdicional ao entendimento jurisprudencial predominante dos Tribunais Superiores.

1.2 Por derradeiro, no tocante à alegação de ausência de intimação pessoal (Súmula 410/STJ), ressalto que, além de ser matéria que deveria ter sido arguida em momento oportuno no primeiro grau, o próprio juízo de origem, ao aplicar a sanção (ainda que posteriormente reduzida), reconheceu implicitamente o preenchimento dos requisitos para sua incidência, não sendo este o fundamento da decisão agravada, que se limitou a discutir a proporcionalidade do valor.

2. Ante o exposto, com fundamento no artigo 932, inciso V, alínea "b", do Código de Processo Civil, **conheço do presente agravo e o provejo, para reformar a decisão agravada (evento nº 144 dos autos de origem) e, por conseguinte, afastar a limitação retroativa da multa cominatória, determinando o regular prosseguimento do cumprimento de sentença para a execução do valor integral das astreintes vencidas e não pagas, apuradas em conformidade com a decisão proferida na movimentação nº 95.**

Comunique-se o juízo de origem acerca desta decisão.

Documento datado e assinado digitalmente.

